

A Atual Ordem Econômica Internacional e a Inserção do Brasil

Argemiro Luís Brum¹
Gilmar Antonio Bedin²

Resumo

Analisa-se a conformação da atual ordem econômica internacional a partir do final da Segunda Guerra Mundial, sua opção pelo livre comércio e o papel das organizações econômicas internacionais na sua articulação. Além disso, verifica-se a reação dos países em desenvolvimento em relação às suas consequências e a importância da definição de uma estratégia mais consistente de inserção internacional do Brasil no contexto atual.

Palavras-chave: Ordem econômica internacional, organizações econômicas internacionais, negociações econômicas multilaterais, liberação dos mercados, desenvolvimento.

Abstract

This text analyses the current constellation of the international economic order since the end of the Second World War, its option for the free trade and the role of the international economic organizations in its articulation. Furthermore, the text examines the reaction of the developing countries concerning its effects and the importance of the definition of a more consistent Brazilian international strategy in this scene.

Keywords: International economic world order; international economic organizations; multilateral economic negotiations, liberalization of market, development.

¹ Doutor em Economia Internacional pela EHESS de Paris (França) e professor do curso de Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania da Unijuí.

² Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor do Curso de Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania da Unijuí.

Introdução

A questão do desenvolvimento constitui um dos principais temas da agenda político-econômica da atualidade. De fato, seja no interior dos países ou no cenário internacional, é impossível refletir sobre as transformações econômicas das últimas décadas sem se perguntar sobre suas implicações no processo de desenvolvimento das nações.³ Por esse motivo, a questão tem sido abordada a partir de ângulos e de pontos de vista bastante diferentes.

O presente texto optou por problematizar a questão do desenvolvimento a partir da análise da conformação da atual ordem econômica internacional. Neste sentido, preocupa-se em apresentar, num primeiro momento, alguns aspectos referentes ao surgimento e à estruturação da atual ordem econômica internacional; em seguida, reflete sobre a reação dos países em desenvolvimento em relação a algumas de suas conseqüências econômicas e sociais; em terceiro lugar, indica qual deve ser a posição do Brasil no contexto internacional atual; por fim, preocupa-se em revelar alguns aspectos das negociações multilaterais em andamento e a sua importância para o Brasil.

A Conformação da Atual Ordem Econômica Internacional

A humanidade, durante a sua trajetória, construiu várias ordens econômicas.⁴ A atual surgiu ao final da Segunda Guerra Mundial e se alicerça numa perspectiva político-econômica bastante específica. Este cenário estrutura-se a partir da derrota dos diversos nacionalismos (especialmente do nacionalismo alemão) e da percepção de que era necessária, para que houvesse um novo ciclo de expansão econômica, a ruptura com o protecionismo existente.

³ As palavras *nação* ou *nações* são utilizadas neste texto como o significado de Estado ou de país.

⁴ Para alguns, contudo, seria mais correto utilizar a expressão *vários sistemas econômicos*. Para entender o conceito de sistema econômico veja-se Bélanger, Michel (1999).

O núcleo de sustentação desta nova ordem passou a ser a internacionalização da economia e o fortalecimento do livre comércio entre as nações. Nesse sentido, é possível afirmar que o surgimento da atual ordem econômica internacional representou, de certa forma, a retomada do processo de integração das diversas economias nacionais iniciado em 1870. Com efeito, a partir desta data, por mais ou menos 45 anos, os fluxos econômicos internacionais tornaram-se, rapidamente, expressivos,

estimulados pelos custos decrescentes dos transportes. O que até então havia sido um conjunto de economias nacionais separadas começou a se integrar: a economia do mundo se globalizou. No entanto, a globalização não é um processo inevitável; esta primeira onda foi revertida por causa da fuga para o nacionalismo. Entre 1914 e 1945, os custos de transporte continuaram a cair, mas as barreiras comerciais cresceram (...). Ao fim deste período, o comércio havia desmoronado, retomando os níveis de 1870, aproximadamente (Stern, 2003, p. 44-45).

Conscientes das conseqüências negativas deste fato para o conjunto das economias nacionais, as nações vitoriosas na Segunda Guerra Mundial decidiram reverter este quadro. Para tanto, passaram a fomentar a cooperação econômica entre as nações e a incentivar a ruptura de todas as formas de protecionismo econômico, tendo como objetivo estratégico a liberação dos mercados e a formação de uma economia internacionalizada. Em conseqüência, à medida que “as barreiras comerciais diminuam e os custos de transportes continuavam a cair, o comércio internacional se revitalizou [e a economia se expandiu]” (p. 45).

Essa revitalização do comércio internacional e essa expansão econômica não ocorreram, contudo, apenas devido à contenção do protecionismo econômico e do fomento à liberação do comércio. Foi decisiva também a criação, no período, de um conjunto de organizações internacionais de cunho econômico. De fato, a necessidade de criação destas

organizações internacionais ficara bastante evidente nas reuniões de Bretton Woods, realizadas ainda no ano de 1944. Por isso, estas organizações internacionais foram imediatamente criadas, tendo entrado em funcionamento em 1947 (Bélanger, 1999).

O surgimento dessas organizações foi, sem dúvida, um passo fundamental para a formação e a estruturação da atual ordem econômica internacional. Neste sentido, não há dúvida de que esta remonta, no século passado, ao encontro

de Bretton Woods, no final da Segunda Guerra Mundial, quando os países vencedores buscaram instituir órgãos reguladores da economia internacional. Ao término daquele encontro, houve consenso quanto à necessidade de criar: (a) um fundo monetário, que pudesse resguardar as economias nacionais contra crises cambiais (o FMI); (b) um banco que financiasse a reconstrução européia e o desenvolvimento (o BIRD) (c) uma organização internacional que regulamentasse os fluxos comerciais (a OIC) (Barral, 2000, p. 23).

Apesar de algumas dificuldades para a criação da Organização Internacional do Comércio⁵, estas três organizações econômicas internacionais transformaram-se, rapidamente, nos pilares de sustentação da atual ordem econômica internacional, tendo sido decisivas na operacionalização das transformações econômicas de todo o período posterior a 1950. Desta forma, podem ser vistas como entidades internacionais que “constituem as estruturas da economia internacional [da atualidade]. São os atores da sociedade econômica internacional atual, agindo enquanto agentes econômicos [e como instrumentos de liberação do comércio e de expansão da economia capitalista]” (Bélanger, 1999, p. 55).

⁵ Na verdade, em seu lugar foi criado, em 1947, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que só recentemente transformou-se na Organização Mundial do Comércio (1995). De qualquer forma, esta organização internacional cumpriu o seu papel de regulamentar as relações comerciais internacionais no período de sua existência. Sobre o tema pode ser visto Dal Ri Júnior; Oliveira, 2003.

O Banco Mundial, o FMI e o Gatt/OMC foram, portanto, extremamente efetivos no cumprimento de suas funções e na realização de seus objetivos institucionais, tendo desempenhado papel fundamental na integração dos mercados mundiais, na renovação dos setores produtivos e na uniformização da produção e da oferta de mercadorias em todas as partes do mundo. Com isso auxiliaram, de forma decisiva, na universalização das práticas capitalistas e na formação de uma economia sem fronteiras.

Essas três organizações econômicas internacionais foram essenciais também para a sustentação de um longo período de crescimento econômico e de extraordinária prosperidade, especialmente para os países do Ocidente. De fato, “os últimos 50 anos assistiram a um crescimento econômico sem precedentes na história, com considerável impacto nas sociedades de todo o mundo” (Johnson, 2001, p. 290). Com efeito, no período em questão, por exemplo, a renda por habitante no Ocidente foi multiplicada por quatro.

Além do aumento da renda, houve também uma extraordinária alteração de outros indicativos:

- o Produto Interno Bruto (PIB) global multiplicou-se por mais de seis em termos reais entre 1950 e 2000, enquanto o PIB *per capita* aumentou em quase três vezes;
- em 1998, o comércio internacional representava 14% do PIB mundial (...) contra 6% de 1950;
- na década de 1987 a 1997, a participação do comércio no produto interno global saltou de 10% para 15%. Esta tendência só abrandou em 1998 com o início da crise asiática;
- atualmente o comércio representa 19% do PIB dos países da OCDE e 40% do Canadá, o mais pequeno dos membros do G7/8;
- a quota do comércio no PIB do Canadá aumentou 56% nos 12 anos anteriores a 1999;

– nos Estados Unidos, o maior membro do G7/8, as exportações representam mais de um quarto do crescimento econômico e da criação de 20 milhões de postos de trabalho nos dez anos anteriores a 1999 (p. 290-291).

Em decorrência destes fatos, muitas nações (principalmente ocidentais) se constituíram, nos últimos anos, num grupo de países relativamente homogêneos em termos de nível de vida, de crescimento econômico e de tipos de políticas macroeconômicas adotadas. Além disso, é possível observar que mesmo entre os demais países há muitos indicativos de uma importante convergência nos padrões econômicos adotados, nas políticas fiscais implantadas e na forma de integração à economia mundial realizada.⁶

Apesar dessa convergência mundial, mantém-se, contudo, uma grande diferença nos níveis de riqueza das diferentes regiões do planeta e no grau de desenvolvimento das nações até aqui alcançado. Este fato tornou-se mais acentuado entre 1990 e 2003, quando os países ocidentais mais ricos elevaram sua renda em um quinto; os países da Ásia em 50%; os países da América Latina em um sexto; os países da África permaneceram estagnados; e os antigos países de economia planificada tiveram uma redução em 25% de sua renda (Maddison, 2002). Reverter este quadro é um dos maiores desafios da atualidade.⁷

⁶ A partir de 1970 a Ásia (fora o Japão) se torna a zona mais dinâmica do mundo. A América Latina é o local onde as reformas liberais foram levadas mais longe nas últimas duas décadas do século XX. Enquanto isto, a África se confirmou como o continente no qual o desenvolvimento apresenta mais dificuldades. Enfim, a implosão do império soviético levou o conjunto dos Estados da ex-URSS e da Europa do Leste, além de outros seguidores, a uma difícil passagem de uma economia planificada para uma economia de mercado, sob orientação do FMI. Ao mesmo tempo, a China deixa de lado igualmente a economia planificada e entra firme na lógica da economia de mercado, mantendo um sistema político comunista.

⁷ Sobre estes problemas pode-se consultar, entre outras obras, os dois últimos livros de Joseph Stiglitz (2002 e 2003).

A Reação dos Países em Desenvolvimento e a Posição do Brasil

Para a reversão desta situação os países industrializados e as principais organizações econômicas internacionais recomendaram a ampliação das políticas de livre mercado e a inserção no mundo globalizado. Para os países em desenvolvimento, contudo, seguir, pura e simplesmente, esta recomendação, tornou-se uma opção difícil, pois sua implementação traz, muitas vezes, como conseqüência, instabilidade econômica e estagnação.

Na verdade o sucesso das políticas sugeridas depende de um conjunto de pré-requisitos (como sólidos sistemas produtivos, grandes investimentos em tecnologia, produtos de alto valor agregado) que as economias dos países em desenvolvimento têm grandes dificuldades de cumprir. Por isso, a implementação das políticas de livre mercado e de inserção internacional, sem uma visão estratégica de médio e longo prazos, tem dificultado a participação dos países em desenvolvimento nos benefícios da atual ordem econômica e gerado muitas dúvidas em relação ao futuro de seus povos e de suas culturas.⁸

Em conseqüência, esses países estão se tornando mais críticos em relação às soluções sugeridas pelas nações industrializadas e pelas organizações econômicas internacionais para os seus problemas econômicos.⁹ Dessa forma, passaram a direcionar os seus esforços no sentido de criar alternativas mais apropriadas para o desenvolvimento sustentado de suas economias. Isso, contudo, não deve ser interpretado pelos países industrializados e pelas organizações econômicas internacionais como

⁸ Neste sentido, o avanço da pobreza, que provoca o sentimento de exclusão de boa parte da humanidade; os fracassos econômicos dos Estados, principalmente em conseqüência das orientações das organizações econômicas internacionais; o aumento dos conflitos internacionais e do terrorismo; o descumprimento da legislação internacional e o unilateralismo dos países ricos são apenas alguns aspectos que reforçam as preocupações dos países em desenvolvimento.

⁹ Ver, por exemplo, o reposicionamento político feito recentemente pelos países integrantes do chamado G21.

sendo o retorno puro e simples ao protecionismo ou, mesmo, com o resgate do nacionalismo econômico. Ao contrário, os países industrializados e as organizações econômicas internacionais devem perceber que os países em desenvolvimento estão buscando, sob pena de uma marginalização crescente de suas economias e de seus povos, uma inserção internacional mais adequada e a obtenção de melhores oportunidades no mundo atual.

Dessa forma, pode-se perceber que não se trata propriamente de propor uma ruptura com o liberalismo econômico e com os pressupostos do sistema de livre comércio. Antes, trata-se, em certo sentido, da defesa de um liberalismo econômico mais efetivo e da adoção de políticas econômicas que gerem benefícios para todos. O objetivo de tal posicionamento é que se torne possível responder afirmativamente à seguinte questão: a atual ordem econômica internacional é um sucesso para as populações dos países em desenvolvimento? Para isso, contudo, é necessário um conjunto de alterações na atual ordem econômica internacional e uma socialização mais ampla de seus benefícios.

Dito de outra forma, o que os países em desenvolvimento estão afirmando é que os gestores da atual ordem econômica internacional (países industrializados e organizações econômicas internacionais) devem preocupar-se não apenas com a internacionalização da economia e com os avanços do volume de comércio entre as nações, como tem acontecido até este momento, mas também com outras questões que são fundamentais para os países em desenvolvimento e, em consequência, para a construção de uma ordem econômica internacional mais equilibrada. Entre estas outras questões se destaca a redução das desigualdades sociais existentes no mundo; a geração de trabalho e renda para as populações excluídas; a repartição das atividades produtivas entre as diversas nações e regiões do planeta; a preservação do meio ambiente e a afirmação da cidadania.

Dito isso, é importante questionar sobre como o Brasil deve se posicionar neste contexto econômico. O que o país deve fazer? A resposta parece bastante evidente. O Brasil deve continuar posicionando-se,

juntamente com outras nações de economia emergente, de forma mais crítica em relação às conseqüências da atual ordem econômica internacional. Precisa ter no entanto, a consciência de que o atual processo de globalização é irreversível¹⁰ e que o mesmo conduz a um aumento na competição entre as nações e a uma busca constante de novos mercados, inclusive entre os países em desenvolvimento. Por isso, deve ter clareza suficiente de que é necessária uma definição mais consistente de sua estratégia de inserção internacional, principalmente de médio e longo prazos, seja no âmbito regional ou mundial.

Neste sentido o país deve buscar fortalecer o bloco econômico que já integra (Mercosul), participar da formação de novas integrações econômicas no continente americano (Alca) e apoiar as negociações de integração interblocos (Mercosul/União Européia)¹¹. Deve também ter clareza de que a lógica do processo econômico atual é utilizar o livre mercado como instrumento de geração de riqueza e que, no curto prazo, não haverá um instrumento econômico alternativo. Deve, por conseguinte, evitar as aventuras inconseqüentes da estatização excessiva¹² ou do populismo perdulário, o que conduziria o país ao *status* de país-problema no atual contexto internacional ou à exclusão econômica.¹³

Desta forma, é possível constatar que entre os desafios mais importantes do país, neste momento, do ponto de vista da inserção econômica internacional, estão os seguintes:

¹⁰ Irreversível porque a economia mundial se globaliza ao ritmo do processo de integração que a humanidade realiza em todas as áreas, movido pelo avanço das tecnologias de comunicação e de informação. Este processo tende a aumentar constantemente e, pelo menos até o momento, sem perspectivas de desaceleração.

¹¹ Entende-se por bloco econômico a integração que atinge a fase de união aduaneira, com a consolidação de tarifas externas comuns. Antes deste estágio mínimo temos, tecnicamente, integrações econômicas, caso das zonas de livre-comércio. Assim, todos os blocos econômicos constituem processos de integrações econômicas, porém nem todas as integrações constituem-se em blocos econômicos.

¹² Sobre a necessidade de um bom equilíbrio entre mercado e Estado pode-se consultar os últimos livros de Joseph Stiglitz (2002 e 2003).

¹³ Neste sentido, ver o que está acontecendo com a economia da Venezuela e com o governo de Hugo Chávez.

- 1º) envolver-se conscientemente nas negociações econômicas mundiais, jamais se negando a participar de conferências e de organizações internacionais econômicas multilaterais;
- 2º) definir e defender os interesses econômicos de curto, médio e longo prazos do país, apesar das dificuldades decorrentes da configuração de um mundo assimetricamente globalizado;
- 3º) participar e liderar os processos de integração regional, buscando a inserção coletiva dos países da América do Sul, em especial os componentes do Mercosul, no cenário econômico internacional.

Com isso, é possível perceber que o Brasil terá muito trabalho pela frente, pois muitas negociações internacionais estão em pleno andamento. Entre estas se destacam as negociações na OMC; as tratativas para a constituição da Área de Livre Comércio das Américas – Alca; as discussões entre Mercosul e União Européia e os ajustes para a revitalização do Mercosul. A seguir, são feitas algumas considerações sobre o estágio de desenvolvimento deste conjunto de negociações multilaterais.

As Negociações na OMC

Em Doha (Catar), em novembro de 2001, após o fracasso da reunião em Seattle (1999), a Organização Mundial do Comércio (OMC) deu início a mais uma rodada multilateral de negociações, que passou a ser conhecida como a Rodada de Doha. Entre as questões pendentes mais importantes nestas negociações estão as seguintes:

- a) Agropecuária: para as negociações avançarem nesta área existe a necessidade de um acordo entre Estados Unidos e União Européia (UE) para a redução de subsídios ao comércio internacional e acesso aos seus mercados, de maneira a contemplar os interesses e demandas dos países em desenvolvimento.

- b) Em troca, tanto Estados Unidos quanto União Européia desejam que os países em desenvolvimento reabram negociações sobre pontos considerados estratégicos na economia mundial atual. Dentre eles destacam-se: Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI); acordos sobre a concorrência pública; maior transparência dos mercados públicos e acordo para facilitar as trocas nas aduanas e os respectivos procedimentos.
- c) As questões paralelas intrínsecas, dentre elas: o estímulo ao *dumping* social e ecológico nas trocas mundiais de bens e serviços; o uso, pelos EUA, da flutuação do dólar como arma comercial de choque (o uso em geral do câmbio como fator de concorrência, para ganhos de competitividade); e, enfim, o problema da dívida pública dos países em desenvolvimento.

A grande discussão presente nestas negociações (principalmente para os países em desenvolvimento) é, contudo, impedir que a liberalização do comércio mundial entre as nações se mantenha como uma via de mão única, na qual apenas os países industrializados e suas empresas continuem ganhando. Por isso, o foco das preocupações dos países em desenvolvimento (entre os quais destaca-se o Brasil) é o de ter acesso aos mercados agrícolas dos países industrializados. Este é, na verdade, o grande impasse do momento, pelo fato de que os países em desenvolvimento

caracterizam-se por serem, em sua grande maioria, exportadores tradicionais de produtos primários, cujos custos relativos são inferiores à produção nas nações mais desenvolvidas, que por seu turno, apresentam mercados agrícolas protegidos pelos mais variados mecanismos de retaliação comercial disponíveis, numa combinação de subsídios e pagamentos diretos ao produtor, internamente, e restrições quantitativas e tarifárias, externamente (Falcão Coloête, 2000, p. 242).

O posicionamento brasileiro sobre o tema, além de defender a abertura dos mercados agrícolas dos países industrializados, alicerça-se em três pilares básicos: redução das alíquotas dos produtos; diminuição de subsídios (incluindo os subsídios à produção); e redução dos incentivos às exportações. Por isso, o Brasil considera tímida a proposta da União Européia para a área, que apenas transfere os subsídios de um sistema de preços para um sistema de propriedade rural.

As Negociações da Alca

As negociações em torno da construção da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) têm, no ano de 2004, seu momento mais decisivo. Havendo sucesso nas negociações, os diferentes congressos nacionais das 34 nações envolvidas irão deliberar, em 2005, sobre se os seus respectivos países devem ou não participar da integração econômica hemisférica. Em caso afirmativo, a implantação do acordo começa em 2006.

Para as negociações, os Estados Unidos apresentaram três propostas de redução tarifária, numa clara postura de dividir os demais países envolvidos nas negociações. Para os países centro-americanos a redução proposta é de 85% do total das tarifas existentes; para os andinos a redução sugerida é de 68%; e para os países do Mercosul a diminuição é de 50%. Esta assimetria não interessa ao Brasil, e talvez também não interesse aos demais envolvidos, pois fragiliza a posição dos países da América do Sul e centro-americanos em relação aos EUA, a grande economia do continente.

Além disso, outra questão extremamente relevante é, mais uma vez, o mercado agrícola, em especial a abertura do mercado agrícola norte-americano. Por um lado, o Mercosul propõe que os Estados Unidos abram, imediatamente, o seu mercado agrícola e, por outro, os Estados Unidos defendem a idéia de que este tema seja discutido mais tarde, no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Diante disso, o Brasil

apresentou uma lista provisória, dividida em duas partes, de redução de tarifas: uma especificamente para os EUA e seus produtos; outra, única para os demais países participantes.

Na prática, a proposta de trabalho do Brasil para a Alca defende que as negociações ocorram em três etapas sucessivas:

- 1^a) construção de uma Alca *light* (ou restrita), por meio de negociações bilaterais no estilo 4+1, ou seja, os quatro países do Mercosul mais os EUA. Nela estaria presente a possibilidade da construção de listas positivas de redução tarifária, privilegiando o acesso aos mercados, tanto de bens agrícolas como de serviços e investimentos;
- 2^a) construção de uma Alca multilateral (ou ampla), incluindo todos os países do grupo de negociação, mas mantendo fora das discussões alguns setores mais sensíveis;
- 3^a) construção de uma Alca via OMC, momento em que seriam privilegiados, no conjunto dos 34 países, os serviços, as compras governamentais, o direito de propriedade intelectual, a agricultura, os subsídios, o *antidumping* e as políticas de competição.

Esta proposta, obviamente, não é aceita pelos Estados Unidos, que propõem, de forma imediata, uma Alca ampla e sem reservas. Tal sugestão, contudo, representa um grande risco para o Brasil e para os demais participantes, com exceção dos Estados Unidos e do Canadá. Por isso a Alca, para o Brasil, será positiva se for permitido o acesso ao mercado agrícola dos Estados Unidos e forem preservados os setores mais sensíveis, sem esquecer da necessidade de serem corrigidas algumas assimetrias existentes na atualidade entre os países envolvidos.

As Negociações do Acordo Mercosul/União Européia

As negociações Mercosul/União Européia ainda estão num estágio inicial. Já é possível, no entanto, perceber que este eventual acordo de livre comércio está vinculado aos avanços das negociações da Alca.

Em outras palavras, a abertura comercial entre Mercosul e União Européia avançará caso as negociações da Alca progridam, pois é uma espécie de contraponto da União Européia e do Mercosul à iniciativa de integração continental proposta pelos Estados Unidos.

Neste sentido, é possível afirmar que as negociações da União Européia com o Mercosul não estão, pelo menos neste momento, entre as prioridades do bloco europeu e talvez nem do Mercosul. No que se refere à União Européia, a grande prioridade, atualmente, é a consolidação da ampliação do seu bloco econômico, a partir da entrada de dez novos países ocorrida em 1º de maio de 2004. Por sinal, países que irão necessitar de muito subsídio e apoio para poderem chegar ao nível dos atuais componentes daquele bloco.

Para os países do Mercosul, por outro lado, as negociações com a União Européia somente se tornarão mais relevantes na medida em que as nações européias se dispuserem a abrir os seus mercados agrícolas. Como isso, no momento, parece pouco provável, o empenho dos países do Mercosul também tem sido pequeno. Neste contexto, o que parece mais provável é que a União Européia proponha uma certa redução de seu protecionismo agrícola, tentando tornar atrativas, no momento mais apropriado, as negociações para os dois principais países do Mercosul (Argentina e Brasil). A intensidade desta redução estará, contudo, na dependência dos resultados das negociações que ocorrem entre União Européia e EUA na Organização Mundial do Comércio (OMC).

As Negociações para a Revitalização do Mercosul

O Mercosul possui já uma boa caminhada. Dentre os aspectos que deram certo o que mais se destaca é o aumento do comércio entre os países membros do bloco. Há, todavia, aspectos que não avançaram, exigindo novos direcionamentos no atual contexto. Pode-se citar como exemplo a falta de visão institucional de bloco econômico, a qual teve con-

seqüências significativas para um posicionamento conjunto mais estratégico. Ao mesmo tempo faltou uma Secretaria mais ágil e eficiente e uma estrutura técnica de apoio.

De qualquer forma é possível perceber que, no momento, várias iniciativas estão sendo retomadas e pode-se verificar um novo interesse pelo fortalecimento do Mercosul. Entre estas iniciativas destacam-se:

- 1º) No que diz respeito à defesa comercial comum. O bloco pretende, até o final de 2004, estabelecer regimes comuns de defesa comercial; eliminar gradualmente intra-zona as políticas de *dumping* e os direitos compensatórios; estabelecer uma política comum de defesa da concorrência, assim como uma integração produtiva; instituir foros de competitividade; criar instrumentos de financiamento comuns; estabelecer sistemas de capacitação e reconhecimento de sistemas de avaliação de conformidades; e desenvolver regras comuns sobre investimentos.
- 2º) Em termos especificamente econômicos. O bloco dará ênfase à liberalização dos serviços, ao mercado regional de capitais, à programação de investimentos regionais, ao estabelecimento de bases para a moeda comum e às compras governamentais;
- 3º) Em termos sociais. O bloco pretende estabelecer condições para um Mercosul cidadão, efetivando a livre circulação de mão-de-obra e promovendo os direitos dos trabalhadores.

Em conseqüência destas iniciativas o Brasil propõe, no horizonte de 2006, que o Mercosul construa quatro grandes programas de ação: a) o programa político, social e cultural; b) o programa da união aduaneira; c) o programa de base para o mercado comum; d) o programa designado Nova Integração, agregando os novos países-membros. A Argentina tem, por sua vez, insistido na criação do Instituto Monetário do Mercosul, passo inicial para a criação da moeda única para todos os países do bloco, a exemplo do que já ocorre na União Européia.

O processo enfrenta, todavia, obstáculos de diversas ordens. Entre estes estão as divergências em relação à tarifa externa comum, à manutenção do reinteiro (uma espécie de subsídio às exportações primárias) por parte da Argentina e em relação à criação de regimes especiais comuns. Além disso, permanecem os desafios ligados à necessidade de tratar com profundidade as assimetrias existentes no que se refere ao estágio de desenvolvimento de seus países-membros, à criação de mecanismos de estabilização de suas economias e de suas moedas e à consolidação de posições comuns nas negociações externas ao bloco regional.

Considerações Finais

Neste contexto, fica bastante evidente que a atual ordem econômica internacional cria grandes possibilidades econômicas, mas também estabelece enormes desafios para todas as nações, em especial para os países em desenvolvimento. Por isso, estar preparado para aproveitar as oportunidades e para enfrentar os desafios é a grande tarefa do momento. O Brasil deve estar atento para as transformações em curso no cenário internacional e preparado para aproveitar as oportunidades que as mesmas oferecem, alicerçando suas ações na busca de uma estratégia consistente de inserção internacional do país.

Esta estratégia deve levar em consideração, entre outros fatores, a participação constante nas negociações multilaterais em curso, a necessidade de ampliar os espaços de comércio internacional do país e a construção de projetos regionais de integração no continente americano. Considerando estes fatos, o Brasil estará trilhando o caminho do crescimento econômico e criando as condições para uma nova fase de desenvolvimento sustentado.

Referências

- BARRAL, Welber (Org.). *O Brasil e a OMC*. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.
- BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- BÉLANGER, Michel. *Instituições econômicas internacionais*. Lisboa: Piaget, 1999.
- DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de (Orgs.). *Direito internacional econômico em expansão*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.
- DIAS LEITE, Antonio; REIS VELLOSO, João Paulo (Coord.). *O novo governo e os desafios do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- FALCÃO COLOÊTE, Emanuel Malta. Agribusiness e a economia brasileira. In: BARRAL, Welber (Org.). *O Brasil e a OMC*. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JOHNSON, Pierre Marc. Para lá do comércio: uma agenda alargada da governação internacional. In: BARRETO, António *et. al.* *Globalização, desenvolvimento e equidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- MADDISON, A. *L'observateur de l'OCDE*. Paris: OCDE, n. 235, dezembro de 2002.
- STERN, Nicholas (Sup.). *Globalização, crescimento e pobreza*. São Paulo: Futura, 2003.
- STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.
- STIGLITZ, Joseph E. *Os exuberantes anos 90*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.